



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

ATA NÚMERO 355/XII/ 4.ª SL

Aos onze dias do mês de fevereiro de 2015, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 352, 353 e 354, referentes às reuniões de 4, 5 e 6 de fevereiro, respetivamente.
2. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 264/XII/4.ª (GOV) - Transpõe as Diretivas n.ºs 2014/49/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, relativa aos sistemas de garantia de depósitos, e a 2014/59/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, alterando o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, a Lei Orgânica do Banco de Portugal, o Decreto-Lei n.º 345/98, de 9 de novembro, o Código dos Valores Mobiliários, o Decreto-Lei n.º 199/2006, de 25 de outubro, e a Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro.
3. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 265/XII/4.ª (GOV) - Procede à quarta alteração à Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.
4. Apreciação e votação do parecer sobre os Projetos de Lei n.ºs 704/XII/4.ª (BE) - Revoga o regime de requalificação, 705/XII/4.ª (PCP) - Revoga a Mobilidade Especial e o regime jurídico da Requalificação de Trabalhadores em Funções Públicas, e 748/XII/4.ª (PS) - Regime Comum de Mobilidade entre Serviços dos funcionários e agentes da Administração Pública. Autor do parecer: Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD).
5. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 651/XII/4.ª (PCP) - Estabelece os princípios para a Reorganização Hospitalar. Autora do parecer: Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD). [Comissão de Saúde competente, com conexão à COFAP]
6. Distribuição, para elaboração de parecer, do Projeto de Lei n.º 764/XII/4.ª (PCP) - Aprova o regime de correção salarial dos trabalhadores da administração pública que



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

exercem funções no estrangeiro. Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.

7. Distribuição, para elaboração de parecer, da Proposta Lei n.º 278/XII/4.^a (GOV) -
Procede à segunda alteração ao regime que cria a contribuição extraordinária sobre o
setor energético, aprovado pelo artigo 228.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.
Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PCP.
8. Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP
solicitando a audição da Senhora Ministra de Estado e das Finanças sobre a redução
das taxas de juro dos Certificados de Aforro e dos Certificados do Tesouro Poupança
Mais.
9. Apreciação e votação do relatório sobre os trabalhos desenvolvidos no âmbito da
apreciação da Resolução da Assembleia da República n.º 87/2014, de 29 de outubro.
Relatora: Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD).
10. Participação de uma delegação da Comissão na Semana Parlamentar Europeia, no
âmbito do Semestre Europeu.
11. Outros assuntos.

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 352, 353 e 354, referentes às reuniões de 4, 5 e 6 de fevereiro, respetivamente.

As [atas n.ºs 352, 353 e 354](#), referentes às reuniões de 4, 5 e 6 de fevereiro, respetivamente, foram aprovadas por unanimidade, verificando-se a ausência do BE.

2. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 265/XII/4.^a (GOV) - Procede à quarta alteração à Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

A redação final da [Proposta de Lei n.º 265/XII/4.ª \(GOV\)](#) foi fixada sem votos contra, verificando-se a ausência do BE. A Comissão concordou, ainda, mediante proposta do Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), que interveio para o efeito, em informar o Governo da necessidade de assegurar a atualização de referências em diplomas sucessivamente alterados, evitando modificações em artigos que não são alterados na especialidade.

3. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 651/XII/4.ª (PCP) - Estabelece os princípios para a Reorganização Hospitalar.

Autora do parecer: Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD).

[Comissão de Saúde competente, com conexão à COFAP].

A Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD) apresentou o parecer incidente sobre o [Projeto de Lei n.º 651/XII/4.ª \(PCP\)](#), dando conta do seu teor e fazendo uma referência à possibilidade de aumento de despesas para o ano corrente. O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) saudou a autora do parecer e reconheceu a pertinência da questão, recordando que, em eventual discussão na especialidade, poder-se-á efetuar alteração ao projeto de lei, em consonância com a “lei-travão”.

Procedeu-se então à votação do parecer, que foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

4. Apreciação e votação do parecer sobre os Projetos de Lei n.ºs 704/XII/4.ª (BE) - Revoga o regime de requalificação, 705/XII/4.ª (PCP) - Revoga a Mobilidade Especial e o regime jurídico da Requalificação de Trabalhadores em Funções Públicas, e 748/XII/4.ª (PS) - Regime Comum de Mobilidade entre Serviços dos funcionários e agentes da Administração Pública.

Autor do parecer: Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD).

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) apresentou o parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 704/XII/4.ª \(BE\)](#), o [Projeto de Lei n.º 705/XII/4.ª \(PCP\)](#) e o [Projeto de Lei n.º 748/XII/4.ª \(PS\)](#), dando conta do seu teor, e levantando a questão já abordada no último ponto, relativa ao acréscimo de despesas para o atual ano orçamental. A Senhora Deputada Isabel Santos (PS) referiu que mantém a proposta tal como apresentada, uma vez que não há qualquer estudo que permita concluir por um aumento de despesa originado na proposta do PS. O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) reiterou que essa questão pode ser ultrapassada numa eventual discussão na especialidade.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD), autor do parecer, propôs então retirar o ponto 3 das conclusões. Nessa sequência, foi o parecer submetido a votação, sendo aprovado por unanimidade.

**5. Distribuição, para elaboração de parecer, do Projeto de Lei n.º 764/XII/4.ª (PCP) -
Aprova o regime de correção salarial dos trabalhadores da administração pública que exercem funções no estrangeiro.**

Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.

Foi nomeada como autora do parecer a Senhora Deputada Conceição Bessa Ruão (PSD).

**6. Distribuição, para elaboração de parecer, da Proposta Lei n.º 278/XII/4.ª (GOV) -
Procede à segunda alteração ao regime que cria a contribuição extraordinária sobre o setor energético, aprovado pelo artigo 228.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.**

Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PCP.

Foi nomeado como autor do parecer o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP).

**7. Distribuição, para elaboração de parecer, do Projeto de Lei n.º 766/XII/4.ª (BE) –
Combate o enriquecimento injustificado.**

Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do CDS-PP.

[iniciativa baixou com conexão à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias].

Foi nomeado como autor do parecer o Senhor Deputado Michael Seufert (CDS-PP).

8. Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP solicitando a audição da Senhora Ministra de Estado e das Finanças sobre a redução das taxas de juro dos Certificados de Aforro e dos Certificados do Tesouro Poupança Mais.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) apresentou as razões que levaram à apresentação do requerimento em causa.

Interveio posteriormente o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD), que referiu que a matéria já era de conhecimento dos partidos aquando das últimas audições dos

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

membros do Governo. A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) interveio no mesmo sentido que o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD).

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) reiterou os motivos anteriormente explanados, ressaltando que não se conheciam, quanto das audições, as taxas de juro a aplicar aos certificados de aforro. Enfatizou que esta medida prejudicará a diversificação da carteira de dívida pública a médio e longo prazo.

O requerimento foi submetido a votação, sendo rejeitado com o voto a favor do PCP, votos contra de PSD e CDS-PP e a abstenção do PS, verificando-se a ausência do BE.

9. Apreciação e votação do relatório sobre os trabalhos desenvolvidos no âmbito da apreciação da Resolução da Assembleia da República n.º 87/2014, de 29 de outubro. Relatora: Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD).

A Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD) apresentou o relatório, dando conta do seu teor. O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) referiu os motivos pelos quais o PCP votaria contra o relatório, salientando que algumas das propostas do PCP foram acolhidas originariamente, sendo abandonadas posteriormente.

A Senhora Deputada Catarina Marcelino (PS) justificou a ausência de propostas do PS relativamente a este relatório. Defendeu que as propostas não incluídas no relatório não deverão ser votadas e declarou o voto contra, declarando que o PS apresentaria declaração de voto escrita.

Interveio de seguida a Senhora Deputada Vera Rodrigues (CDS-PP), que declarou não ter qualquer obstáculo ao relatório. Posteriormente, o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) referiu que não deseja a votação autónoma das propostas do PCP, uma vez que tal não é a prática da Comissão e declarou também que o PCP vai apresentar uma declaração de voto, afirmando desejar que a mesma faça parte integrante do relatório.

A Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD) sustentou que as propostas do PCP e do BE deverão constar em anexo ao relatório, após o que o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) esclareceu que o que pretende ver em anexo ao relatório é a declaração de voto, esclarecimento no qual foi acompanhado pela Senhora Deputada Catarina Marcelino (PS).

Submetido a votação, o relatório foi aprovado com os votos a favor de PSD e CDS-PP e com os votos contra de PS e PCP, registando-se a ausência do BE.

10. Participação de uma delegação da Comissão na Semana Parlamentar Europeia, no âmbito do Semestre Europeu.

O Senhor Presidente da Comissão efetuou um resumo das atividades da Semana Parlamentar Europeia, na qual representou a Comissão, em conjunto com o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), na qual se discutiram, essencialmente: o Plano de investimentos apresentado pela Comissão Europeia; o Mecanismo Único de resolução Bancária; o Plano 20-20; o Tratado Orçamental; a consolidação fiscal e as reformas estruturais. O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) perguntou se seria elaborado relatório, pelos serviços, sobre esta Semana Parlamentar Europeia, ao que o Senhor Presidente respondeu afirmativamente.

11. Outros assuntos.

O Senhor Deputado Virgílio Macedo (PSD) deu conta da sua indisponibilidade para representar a Comissão nas jornadas parlamentares da OCDE, pelo que o senhor Presidente solicitou a PSD e CDS-PP que indicassem outro nome para acompanhar o Senhor Deputado João Galamba (PS) àquelas jornadas.

A Senhora Deputada Isabel Santos (PS) apresentou o requerimento do PS solicitando a audição do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública, com referência às nomeações de dirigentes da Administração Pública e aos métodos de seleção da CReSAP. Este requerimento não autonomizado uma vez que foi remetido à COFAP já após a distribuição da Ordem do Dia.

O Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP) declarou que o requerimento não tem justificação, enfatizando que os métodos de seleção da CReSAP são claros. O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) argumentou no mesmo sentido, considerando que o PS pode, querendo, suscitar a revisão da lei em vigor.

Esclareceu de seguida a Senhora Deputada Isabel Santos (PS) que não invocou quaisquer ilegalidades nas nomeações mas somente a necessidade debater a estrutura do sistema. O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) reafirmou o anteriormente expandido.

O requerimento foi então submetido a votação, sendo rejeitado com os votos a favor de PS, PCP e BE e os votos contra de PSD e CDS-PP.



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

A reunião foi encerrada às 11:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 11 de fevereiro de 2015.

**O PRESIDENTE
EDUARDO CABRITA**



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Carlos Santos Silva
Cecília Meireles
Conceição Bessa Ruão
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Eduardo Cabrita
Elsa Cordeiro
Fernando Virgílio Macedo
Isabel Santos
João Galamba
Jorge Paulo Oliveira
José de Matos Rosa
Paulo Sá
Pedro Filipe Soares
Vera Rodrigues
Artur Rêgo
Catarina Marcelino
Michael Seufert
Vasco Cunha

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Nuno Santos
Sónia Fertuzinhos
Vieira da Silva

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

João Paulo Correia
Nuno Reis